

PIONEIRISMO EM PESQUISA SOCIOLOGICA SOBRE JUVENTUDE: ENTREVISTA COM MARIA DA GLÓRIA GOHN¹

*Olivia Cristina PEREZ**
*Daniel Arias VAZQUEZ***

Contexto da entrevista

Esta entrevista foi realizada no dia 6 de junho de 2024, de forma on-line, por Olivia Cristina Perez e Daniel Vazquez.

Apresentação da entrevistada

A entrevistada Maria da Glória Gohn foi escolhida por ser pioneira e referência nos estudos sobre participação política. Seus estudos mais recentes abordam especificamente a juventude, embora este grupo social esteja presente em grande parte de sua extensa obra. Por meio da entrevista, é possível acompanhar como a categoria juventude foi sendo construída em sua interface com as reflexões sobre movimentos sociais.

Olivia Perez: Conte um pouco sobre o campo de estudos das juventudes que você acompanhou no Brasil.

Maria da Glória Gohn: Divido a questão do campo de estudos de juventude que eu acompanhei em dois itens: primeiro, na literatura e um segundo, na prática.

* UFPI - Universidade Federal do Piauí. Departamento de Ciência Política. Teresina – PI – Brasil. 64049-550. <https://orcid.org/0000-0001-9441-7517>. Contato: oliviaperez@ufpi.edu.br.

** UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo. Departamento de Ciências Sociais. Guarulhos - SP - Brasil. 07252-312. <https://orcid.org/0000-0002-4467-3392>. Contato: dvazquez@unifesp.br.

¹ Transcrição realizada por Anna Heloyza Dias.

Na literatura sigo a abordagem que vê a juventude como sendo uma construção social, ou seja, não é um fenômeno natural, mas uma categoria que é construída pelas diferentes sociedades. A partir dessa concepção, de uma categoria construída, talvez pelo fato de eu trabalhar décadas em uma faculdade de educação e ter participado de um período fértil de experiências lá nos anos 70 e parte de 80 em educação, no estilo de um recorte mais freiriano de participação direta, eu fiz muitas leituras, de Jean-Jacques Rousseau e Johann Heinrich Pestalozzi sobre a questão da educação de jovens.

Mas quem realmente me influenciou, para os recortes e abordagens, foram historiadores como Philip Ariès e Eric Hobsbawm. Vista como categoria social, a juventude nasce com a modernidade, no período marcado pela ascensão da burguesia, desenvolvimento do capitalismo, mudanças sociais etc.

O tema da juventude, nas ciências sociais, remonta ao período denominado pré-história destas ciências, que compreende os anos da segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, sobretudo o estudo da delinquência juvenil, como um resultado negativo do processo de industrialização e de urbanização. É o momento coincidente entre a modernidade e o nascimento da juventude que faz com que esses últimos fossem associados como modernos, diferentes, inovadores ou rebeldes: eram essas as imagens, as representações das narrativas e análises que foram sendo construídas.

O Ariès sempre associa o surgimento a respeito da juventude com as transformações nas dinâmicas sociais trazidas pelo capitalismo. Ele viu que, no século XVI a XVIII, existia uma popularização a respeito das idades da vida percebida por meio de iconografias profanas, produzidas pelos europeus, em que essas idades não representavam idades biológicas e sim papéis sociais.

Para esse olhar sociológico, foi importante os papéis sociais de rebeldes e de revolucionários. Segundo Ariès, a escola passou a desempenhar papel relevante na socialização dos indivíduos das classes mais burguesas, aristocráticas, porque havia um atraso da inserção dos indivíduos mais jovens na vida produtiva e eles passaram a receber em escolas uma preparação para ocupação e funções. Esse processo de formação entre infância e fase adulta, foi delineando a noção a respeito dessa fase da vida que hoje se chama como “juventude”, segundo os estudos de Ariès.

Hobsbawm influenciou-me sobre outro aspecto. Segundo ele, a cultura juvenil no século XX trouxe mudanças em três aspectos: primeiro, a juventude passou a ser vista não mais como um intervalo entre a infância e a vida adulta e sim o ápice do desenvolvimento humano, ideia que foi reforçada no campo dos esportes. A ideia de juventude como ápice da vida entra em um conflito com outros fatores, por exemplo, o aumento da riqueza, poder, influência, idade avançada etc. em um mundo pós-guerra governado por uma gerontocracia. O segundo aspecto que Hobsbawm destaca é que a juventude passou a ter o domínio das economias de mercado desen-

volvidas, pois dominavam as tecnologias – e isso é algo muito importante para a atualidade, inclusive - mas já naquela época, no século XX, quando ele escreveu a respeito, isso foi visto como uma grande vantagem. A maior parte dos programas de computadores era projetada por jovens na casa de vinte anos de idade, com isso, houve uma inversão de papéis, uma vez que os pais tinham muito a aprender com os filhos que cresceram familiarizados com as tecnologias e, além disso, representavam uma massa que possuía grande poder de compra naquela época. Ainda nesse segundo aspecto, Hobsbawm chamou a atenção para uma dimensão da cultura construída pelos jovens. Eu sempre achei muito importante esse olhar sobre a questão da cultura, não apenas a questão econômica, ou política, ou social. O terceiro aspecto que Hobsbawm chama atenção é a respeito da grande capacidade de internacionalização da cultura urbana juvenil, através do rock e do blue jeans. Aqui entra uma parte muito importante que é a questão da popularização das músicas das bandas de rock norte americanas e inglesas, na hegemonia de uma cultura popular e de um estilo de vida dos jovens - embora alguns núcleos de cultura juvenil adotaram também estilos musicais do Caribe, da América Latina, e da África. Eu destaco a importância desses olhares do Hobsbawm, focalizando muito mais a cultura dos jovens do que outras propostas políticas ou sociopolíticas e como que isso faz a roda da mudança social e da sociedade girar.

Na sociologia, desde o período entre as duas guerras, os estudos de juventude foram dominados pela área da educação, pelo aspecto educacional e pela pedagogia. A juventude passa a ter maior visibilidade social e ser vista como grupo social, devido aos movimentos juvenis.

No campo de influência internacional e de autores internacionais, importante lembrar também dois outros aspectos, além da categoria juventude propriamente dita, é a questão de geração e condição juvenil. A primeira é fundamental para compreender conflitos de gerações, a juventude atual em comparação com a juventude de algumas décadas atrás, ou de seus pais. Já a condição juvenil é uma invenção mais recente, ela denota do século XIX e XX, sobre a ideia de que era necessário prolongar os anos de escola, para a formação moral e ética dos indivíduos antes que ingressassem no mundo do adulto. Porém, questões de classe, gênero, etnia etc. não apareciam ou estavam sendo tratados de maneira meio embolada nesse entendimento de condição juvenil.

No Brasil, eu lembro também os estudos da Minayo, Sposito, Dayrell, Abramo, Scalón, Carrano, Groppo, Novaes e outros autores que estudam juventudes no campo da educação. Quem já estudava o tema nos anos 60 era a Marialice Foracchi.

Além das teorias e categorias que eu li e que me influenciaram e orientam o olhar através do qual faço as análises, destaco também minha experiência de vida. Com dezoito anos, em 1968, eu participei das manifestações, dos protestos de rua,

porque eu estudava perto da rua Maria Antônia, na Escola de Sociologia e Política (FESP) em São Paulo, e ia para o centro da cidade nas chamadas passeatas. A questão política certamente estava presente, via movimentos de protestos. Mas sobre aqueles tempos, o campo de estudo esteve focado num olhar sobre o movimento e as organizações de estudantes, de secundaristas, universitários, juventude católica universitária, assim como movimentos de estudantes em Córdoba na Argentina, nos Estados Unidos e na Europa, principalmente na França. Na época, o Touraine publicou um dos primeiros livros dele sobre o movimento estudantil que muito me influenciou.

Há um outro aspecto que é muito presente na minha memória de participação e engajamento. É justamente a questão da música nos festivais de músicas popular brasileira, e as influências externas dos Beatles e dos Rolling Stones, e todos os herdeiros do rock in roll dos anos 50. Isso foi uma outra massa de informações que registrei na memória: como a juventude foi sendo construída na prática. Em 1968 eu morava em Higienópolis – São Paulo, que era muito perto da rua da Consolação, com os teatros, TV e os festivais de músicas, e a juventude se expressava também pela música.

Tem um outro grupo que marcou aquele período que são os alternativos, a contracultura. Existe alguns estudos da época a esse respeito. Nessa contracultura estava muito presente a pauta de comportamentos e costumes, a corrente dos adeptos das comunidades Zen, filosofias orientais, do mundo das experiências das drogas. Tem uma parte disso que se liga à música propriamente dita nos grandes festivais, tanto no *Woodstock*, como em festivais ocorridos aqui, que eram uma rejeição ao modelo capitalista e, principalmente, aos padrões de casais, pai, mãe e filha no tradicional.

Olivia Perez: Como os jovens aparecem nos estudos sobre movimentos sociais e participação política?

Maria da Glória Gohn: Em termos de Brasil, na década de 70, quando começa a reestruturação de cursos de pós-graduação e surge a ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais), nela forma-se um grupo de estudo sobre os movimentos sociais (a SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia já era bem antiga, mas vai passar a ter importância maior nessa temática na década de 80).

Nessa época, os movimentos sociais ganharam a cena, como disse o Eder Sader. A partir de 1975, com o recrudescimento de formas embrionárias de resistência contra o regime militar, o foco das minhas pesquisas estava no Movimento da Anistia, no sindicalismo do ABC, na periferia Sul de São Paulo, onde eu fiz a pesquisa do meu mestrado sobre as associações de moradores, sociedade amigos de bairro em São Paulo e, posteriormente, estudei o movimento de luta por creches.

Nessa época, predominavam as análises estruturais, que olhavam para o todo e tiveram muita importância, como um livro do Jordi Borja sobre o movimento social urbano e outro do Manuel Castells que tratava das contradições urbanas e as contradições dentro do modelo de acumulação capitalista. Não se olhava especificamente para os jovens propriamente ditos, na minha opinião, não se focaliza jovens, enquanto tal, assim como também não se focaliza as mulheres.

No meu doutoramento, que defendi em 1983, eu pesquisei a luta por creche em São Paulo. O estudo se inseria na área de políticas públicas analisando: como eram as demandas, negociações, como é que a prefeitura foi respondendo, como os movimentos foram conseguindo as demandas etc. Não tratei especificamente da questão do gênero na luta, feita basicamente pelas mulheres. Em uma conversa com o Eder Sader, numa ANPOCS em Águas de São Pedro, ele me chamou atenção sobre isso, falou: “Bem, você deveria ter dado um olhar principalmente para as mulheres, para o modo de vida delas etc. Por que você não faz isso?” Na ocasião pensei ‘nossa, voltar de novo a campo e refazer toda aquela pesquisa’? Mas ele tinha razão, porque quem estudava por exemplo, mulheres, eram um GT em específico e que estava estudando mulheres de camadas médias, principalmente as mulheres no mundo do trabalho, estavam estudando os movimentos de mulheres nos Estados Unidos, tinham todo o apoio da Fundação Ford, via concursos e mais concursos para e sobre a temática das mulheres. Então não era só o jovem, ou questões de faixas etárias, os idosos e as crianças, que não eram focalizados especificamente. Por exemplo, a Vera Telles, a Ilse Scherer, José Álvaro Moisés, o Pedro Jacobi na área dos movimentos sociais, todo esse pessoal que começou lá nos anos setenta e oitenta, eles focalizavam pelo movimento: do transporte, por moradia, movimento de saúde, etc. Houve vários estudos sobre movimento de saúde que também não focalizavam especificamente nos personagens, mas sim nos movimentos por demandas.

Do ponto de vista da participação política em relação ao Estado propriamente dito, eu orientei um mestrado na UFABC (Universidade Federal do ABC) sobre a juventude brasileira e políticas públicas, foi muito interessante porque resgatou-se algumas iniciativas por parte dos municípios, em que os jovens não eram sujeitos de direitos democráticos por suas demandas, eram contemplados por políticas destinadas a várias faixas etárias.

Apenas no fim dos anos 1990 começa no Brasil nas instâncias federais, estaduais e municipais várias parcerias com organizações da sociedade civil, iniciativas voltadas especificamente para a juventude propriamente dita. Em 2004, o governo federal e alguns setores ligados a movimentos sociais iniciaram um diálogo a respeito da necessidade de elaboração de uma política nacional para a juventude brasileira. Desse modo, criou-se um grupo interministerial ligado à Secretaria Geral da Presidência da República, envolvendo dezenove ministérios para realizar um levantamento sobre os problemas da juventude brasileira e foram selecionados nove

eixos: 1) ampliar acesso do ensino; 2) gerar trabalho e renda; 3) preparar para o mundo do trabalho; 4) promover uma vida saudável; 5) democratizar o acesso ao esporte, lazer, cultura e outras tecnologias; 6) promover direitos humanos e políticas afirmativas; 7) estimular a cidadania; 8) participação social; 9) melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais. A essas alturas a questão dos movimentos rurais estava na pauta e em alta com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e a juventude não era só problema dos movimentos urbanos, mas também nas comunidades tradicionais.

O campo de políticas públicas de juventude é acompanhado também pela superação do paradigma do jovem em situação de risco. Passa-se a reconhecer a juventude como demandante de direitos sociais, se consolida a ideia de juventude sujeito de direitos, considerando o Estado como agente corresponsável pela construção de políticas públicas para este público. Então, a juventude como sujeito de direitos, nos traz aqui a ação de movimentos sociais e juvenis, organizações sociais, e um impacto no campo governamental, cuja ações mais expressivas foram a criação da Secretaria Nacional de Juventude, em seguida o CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude, depois programas como o Pro Jovem no Governo Lula, bem como a primeira Conferência Nacional de Juventude, em 2008. Concomitantemente, ampliou-se os conselhos de juventude na esfera municipal e, assim, foi se criando essa ossatura, que contribuiu para o processo de legitimação da juventude enquanto sujeito demandante de direitos sociais, abrindo caminho para a aprovação do Estatuto da Juventude, sancionado pela ex-Presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2013.

Buscou-se responder a Junho de 2013, quando a juventude sai às ruas, dizendo aos políticos: “nós não o reconhecemos, nós não o queremos, não temos representantes”. Inclusive vários jovens líderes do Movimento Passe Livre (MPL), etc. foram convidados para participar de reuniões em Brasília e não compareceram porque eles não se reconheciam nesses papéis, na visão de mundo deles não se negava o Estado, mas queriam um Estado diferente, não aquele Estado do jeito que estava organizando as políticas para os jovens. Portanto, como tentativa de resposta aos protestos Junho de 2013 o governo estabeleceu um Estatuto que fixa a juventude como sujeitos pertencentes e detentores de direitos e deveres específicos, mas essa política já chegou atrasada, porque o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído no início da década de 90.

Por fim, no governo do Michel Temer, foi instituído o Sistema Nacional de Juventude, que determina a responsabilidade da União, Estados e Municípios na execução da Política Nacional de Juventude, mas a medida também foi acionada em meio a protestos de jovens pelo Brasil inteiro, dessa vez, provocados pelo assassinato da Marielle Franco. E assim foi regulamentado o Sistema Nacional de Juventude e o programa Brasil Mais Jovem, em 2018.

Daniel Vazquez: Quais as mudanças que o enfoque sobre as juventudes vem passando ao longo dos seus estudos?

Maria da Glória Gohn: Eu passei a dar destaque e olhar sobre a questão da juventude, a partir da segunda metade dos anos 90, e início 2000 com as celebrações dos encontros da juventude, Fórum Social Mundial, os 30 anos de Maio de 68 etc. foi quando destaquei os jovens daquela época, que saíram às ruas contra a ditadura, que àquela altura estavam se tornando lideranças políticas, ocupando cargos no governo, como José Dirceu e José Serra, que foram líderes estudantis na década de 60, entre outros.

É interessante o estudo de trajetórias, porque às vezes os pesquisadores olham só a trajetória dos sindicalistas, mas se olharmos a trajetória de outros políticos, você vai encontrar na trajetória deles quando jovens a participação nos movimentos: Os meus escritos mais específicos sobre juventudes foram a partir da década de 2000, eu passo a citar e estudar o “pula catraca”, que deu origem ao MPL – Movimento Passe Livre, tanto a questão em Florianópolis, como depois na Bahia, e isso levou-me a um outro olhar sobre os jovens. Para além de serem estudantes, eu passei a olhar bastante a questão de cultura política, o que eles estavam demandando, o que estavam negando e os aprendizados.

Minha produção sempre teve três eixos: 1) a questão da participação dos movimentos sociais propriamente dito; 2) a participação com relação ao Estado e; 3) a questão da educação, especificamente a educação não formal, pois nunca fui de estudar muito a questão escolar propriamente dita, mas estudar as aprendizagens não formais, por isso eu sempre olhei para os movimentos sociais como fontes e espaços de aprendizagem.

É interessante perceber uma divisão quando você fala de programas socio-educativos para jovens. No Brasil, você lembra de coisas da FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor), as experiências tenebrosas de jovens em situação de risco, enquanto na Europa você vê coisas que há muito tempo se colocou como uma política pública. A Comissão Europeia estabeleceu quatro objetivos que deviam orientar as áreas de ação comum sobre a questão da juventude. Primeiro, a participação por meio de uma cidadania ativa; segundo a comunicação, por meio da divulgação de informações de qualidade; o terceiro é a questão do voluntariado, que é algo que não faz muito parte da cultura aqui do Brasil. Mas de repente está se vendo uma explosão de casos em atenção aos desastres climáticos que ocorreram no Rio Grande do Sul sobre um outro aspecto, que é a solidariedade. Mas você vê isso presente em termos de políticas institucionais na Europa há tempos, visando estimular a sensibilização dos jovens por meio de exercício de uma cidadania responsável. E isso tem uma dupla dimensão, uma dimensão humana, mas também tem uma dimensão de integrar os jovens, integrar antes que eles gerem um problema. Por fim, um quarto eixo que é o autoconhecimento da juventude para desenvolver

várias questões, como a questão do corpo etc. No programa da Comissão Europeia, eu vim a conhecer o programa ERASMUS e as chamadas transversais. A questão dos jovens e políticas públicas, lá na Europa, está acoplado muito na área da educação e, em uma determinada abordagem, a pedagogia das competências, que é aprender competências sociais e cívicas, espírito de iniciativa e empreendedorismos. Então, tinha-se programas que os jovens participavam voluntariamente e, com isso, ganhavam pontos e se aprendia, argumentavam que com isso estariam gerando pensamento crítico criativo, cidadania global, soluções de programa de cooperação, nessas experiências europeias.

Aqui no Brasil, a área da educação, particularmente na ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), teve várias abordagens, estudos e críticas a esses programas europeus que chegavam aqui e eram propostos para se implantar como se fossem os mesmos problemas. Observamos vários conflitos entre os defensores das relações entre pedagogia das competências e as teorias construtivistas, sendo essa última muito diferente porque tem elementos que envolvem o foco sobre o aluno, uma pedagogia diferenciada e através de métodos ativos. Eu nunca entrei muito no caminho dessa discussão da pedagogia das competências, mas orientei dois trabalhos sobre projetos sociais com os jovens, os quais eram justamente para promoverem processos de integração, em última análise. Para analisar isso tem que pegar todo o histórico de quem elaborava esses projetos, indagar se são aquelas ONGs participativas que lutaram contra a fome etc. na época com Betinho e outros, como uma questão da ação da cidadania, ou outras ONGs criadas em uma outra perspectiva, principalmente na questão étnico racial. Existia vários projetos, e uma exaltação na televisão sobre os projetos como se eles por si só estivessem resolvendo os problemas. Eu acho que certamente tem grandes méritos em tudo isso, mas por outro lado, também é um olhar muito individualista, porque joga muito em cima do indivíduo. A narrativa é: você participa do projeto, vai treinar, vai aprender e depois já está equipado para fazer seu protagonismo, para se tornar um protagonista e vencer na vida, e está tudo resolvido. Essa política acaba sendo uma negação da política propriamente dita, porque entendemos que política não se reduz a isso. Então, essas formas tayloristas, fordistas de organização e gestão do trabalho, baseada na prática e não se precisa do trabalho pedagógico escolar para fazer isso. Então as práticas tayloristas não estão só nas fábricas, nas remodelações da produção propriamente dita, na desativação do sistema sindical, mas essas práticas também estão nas escolas públicas com o produtivismo, e nas universidades, onde nós somos sempre repetidamente avaliados.

Olivia Perez: Qual a nova cultura da participação promovida pelos jovens, aqui fazendo referência ao seu artigo *Jovens na política na atualidade?*

Maria da Glória Gohn: Neste artigo o foco é o olhar sobre a questão dos jovens, porque a partir de 2013, para alguns analistas, os jovens eram a solução, para outros eles estavam minando a democracia e criando as bases para a ascensão da direita. A partir disso, eu começo a destacar os jovens. No projeto que tenho como bolsista 1A do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) atualmente, focalizo os jovens na questão dos coletivos, que já estavam presentes em 2013.

Em um primeiro momento, observando o nome e o próprio movimento que foi o deflagrador da questão de 2013, o MPL. Embora se chamasse “movimento”, ele era composto de inúmeros coletivos no seu interior. Então, passei a olhar os jovens também não só como estudantes, mas os jovens organizados em determinados papéis sociais, que podem ser estudantes, produtores de artes, simplesmente “galeras” que se reúnem todo dia em algum lugar, blogs, redes sociais, destacando os coletivos, dentro dos movimentos sociais, ou paralelo aos movimentos sociais, ou negando os movimentos sociais.

O mundo globalizado passou a viver na década de 2010 um novo ciclo de protestos com outros temas e formas de mobilização, conjunturas políticas e econômicas distintas, e impactos distintos também nas sociedades e no governo, como só se tinha visto similares lá na década de 60 ou 1984 (Diretas Já) e 1992 (Fora Collor). A internet criou sistema de comunicação possível. Se, nas passeatas na primeira década do século XX tinham os repetidores, que subiam no poste e falavam a palavra de ordem, os outros iam repetindo; depois vieram os microfones, até chegarmos nas redes via Internet etc. Eu me lembro quando, por exemplo, na questão das favelas surgiram as rádios comunitárias, que comunicavam da festa religiosa as manifestações e protestos. Cada época então teve a sua forma de comunicação. Só para lembrar de que não foi só a questão da internet, que sem dúvidas revolucionou a sociedade no modo de comunicar, mas destaco também a seleção, focalização e codificação dessa informação, feita não apenas por indivíduos isolados, mas por uma pluralidade de atores e agentes disputando a interpretação do significado, dos fatos, dos dados. Aqui entra o poder dos movimentos sociais na formação da opinião pública, algo que também era visto como coisa lá dos anos 60, dos funcionalistas, da opinião pública e muito voltada para processos eleitorais. Passa-se a se ver a importância disso, porque às vezes essa opinião pública, se expressa de fato, e só se manifesta, na hora do voto.

A ação coletiva dos jovens, a partir de junho de 2013, leva-nos a observar esses múltiplos processos de subjetivação na construção dos sujeitos em ação; isso quer dizer; não é só uma coisa comportamental, não é só a forma como esses jovens se vestem e que você registra nas fotos, nas performances, mas como que as coisas são absorvidas e depois retrabalhadas.

Aqueles estudos que eram considerados meio arcaicos da área da psicologia social, sobre as emoções, foram retirados do baú e começam a se refletir sobre as contribuições nas diferentes áreas, como os acontecimentos no calor da hora provocam reações e geram novas frentes de ação coletiva, como as pessoas processam isso. A composição dessas ações é complexa e diversificada, com múltiplos atores, propostas, concepções sobre política, sociedade, governo, ou seja, as emoções dos indivíduos e coletivos ganham destaques nos protestos, que antes era uma coisa que não se olhava.

E a questão das redes de compartilhamento, hoje se fala muito das *fake news*, mas se esquece que, para além delas, precisa-se entender essas redes de compartilhamento, de crenças e de pertencimentos, pelas interações informais, as identidades coletivas que eles vão construindo e os conflitos políticos culturais dos manifestantes. No caso dos jovens, muita gente, principalmente algumas lideranças de esquerdas mais tradicionais, que tem cargos chaves, muitas vezes nos governos e nos poderes, eles olham os jovens da mesma forma como se olhavam os jovens dos anos 1960, ou os jovens que lutaram contra a ditadura militar, depois saíram nas ruas de verde e amarelo pelo Fora Collor. Eu acho que aí que entra a questão das gerações, pois eles pensam diferente, não são repetecos das gerações passadas.

Os conflitos políticos culturais dos manifestantes, no caso dos jovens na atualidade, têm que ser lidos com chaves analíticas diferentes das que foram utilizadas para analisar os denominados novos movimentos sociais. Porque grande parte dos pesquisadores ainda continua com autores que estudaram os movimentos sociais no século XX, e primeira década século XXI, como Sidney Tarrow e Charles Tilly etc. Foram análises muito eficazes para estudar as políticas públicas institucionalizadas pelas inúmeras brechas que as abordagens deles propiciam. Não se trata de jogar fora ou de simplesmente descartar aquelas abordagens, mas de construir um terceiro caminho, que repense as identidades construídas nas lutas passadas, suas interações com o Estado, e as novas culturas políticas construídas pelos jovens. Eu estou procurando seguir nesta trilha.

Eu não tenho clareza, mas eu tenho quase certeza de que o contexto sociopolítico, econômico, cultural e ambiental e as formas de participar e os valores culturais da juventude atual são outros agora. A velocidade dos acontecimentos, os efeitos climáticos da natureza etc. mudaram, então o momento é outro, o rio é outro, as águas são outras, e a gente ainda está lá, tentando remar com canoinhas do passado. Há de se ter novas embarcações, novos instrumentos para remar nessas águas.

Para concluir, os atuais movimentos sociais dos jovens são herdeiros do movimento antiglobalização dos anos 90-2000, mas na realidade seus antecessores, talvez tenham que buscar muito antes. Eu acho que falta uma historicidade sobre isso também, já escrevi sobre isso, recuperei o socialismo utópico, todas as ideias, os anarquistas, mas eu acho que os jovens recriaram tudo isso, porque agora eles

não estão mais simplesmente, naquela coisa de negar o estado, a política, a religião, esses tripés não são mais os grandes eixos. Mas se têm heranças um caráter daquele incômodo no ar de quem queria uma sociedade de um outro jeito, sem os controles e regulações, aqui entra muito a questão da autonomia para se discutir, uma nova autonomia, sem renunciar ao Estado, das instituições e da importância de Políticas Públicas.

Daniel Vazquez: A pandemia atingiu fortemente a população jovem, afetadas especialmente com o fechamento das escolas. Quais seus efeitos sobre o comportamento social dos jovens?

Maria da Glória Gohn: Eu acho que afetou a todos, mas particularmente, no caso do jovem, a questão da escolarização provocou efeitos desastrosos. Porque víamos todo dia notícias, quando foram retomadas as aulas online, como isso acontecia. Tinha-se as vezes um celular na casa, isso quando se tinha, para quatro, cinco crianças; como acompanhar a aula via celular para quatro, cinco crianças? A defasagem das desigualdades socioeconômicas veio à tona como notícia diária nos meios de comunicações. A desigualdade é categoria fundamental para entender por que os jovens de classe média seguiram, mas e o estudante das periferias? E depois, quando as mães retomaram os trabalhos, como que isso ficou? Então a grande questão para explicar, como categoria mais geral, é que explodiu a questão das desigualdades e não dá mais para falarmos de jovens e juventude - ainda que seja juventudes, no plural - sem fazer uma localização territorial, e que jovens são esses; caracterizar a questão dos territórios e a questão de classe social, de que classe nós estamos falando, porque os efeitos da pandemia foram muito diferentes.

Tem um outro lado da pandemia, retornando o caso do desenvolvimento de habilidades, nas populações periféricas, que é o ressurgimento de um outro tipo de associativismo, completamente diferente daquele associativismo das comunidades eclesiais de base das décadas de 1970-1980, que é um associativismo da urgência em resolver na prática e ao mesmo tempo de criatividade, com atuação territorial nas comunidades e favelas.

É interessante que até um tempo atrás não se podia usar o termo favela, porque era estigmatizado – na atualidade acabou sendo uma discussão recente para o IBGE, e daí retomaram o termo favela – chamar de favela não está mais estigmatizando ninguém, é o nome do território. Nessa hora, eu me lembro bastante da Licia Valadares, a grande cientista brasileira que trouxe os estudos sobre as favelas no Rio de Janeiro, falecida recentemente, que deu uma grande contribuição no estudo das favelas no Brasil.

Por exemplo, o caso da Paraisópolis, segunda maior favela de São Paulo, um grande problema na pandemia era levar as pessoas para hospitais e postos de saúde, além da questão da entrega de compras, porque tem ruas em que há dificuldade

para subir rampas, para entregar o produto. Eles têm o sistema das motos entre eles, e criaram um sistema em que a associação de moradores, via arrecadação de doações de empresas e da sociedade civil, adquiriu uma ambulância. Isso foi uma das iniciativas, depois criaram uma oficina para fazer máscaras, enfim, a pandemia gerou novas necessidades que eles resolveram com a sua inventividade e criação. Se fosse esperar o poder público, o índice de mortes, de problemas teria sido altíssimo e lá foi um dos menores índices em São Paulo, pequeno em relação ao número de pessoas que lá vivem, em termos de óbitos. Nesse processo, a pandemia de fato mudou a sociabilidade periférica, nas comunidades periféricas.

Daniel Vazquez: Outra mudança recente que atinge a vida dos jovens é a reforma do ensino médio. Apesar das resistências e da recente revisão, como o Novo Ensino Médio afeta a formação da geração atual e futuras?

Maria da Glória Gohn: Essa questão é interessante, porque ela acaba sendo tratada quase que só no âmbito da educação, dos educadores, da ANPED, sendo que afeta a todos, todos que têm os filhos no ensino médio. E afeta não só a escola pública, porque a reforma é geral, atinge também os que estudam em colégios pagos, caros e particulares. De um lado, tinha que se fazer alguma coisa, sem dúvida, porque aquele ensino médio estava totalmente defasado; por outro lado, a reforma feita anteriormente no ensino médio introduziu tantas disciplinas que era impossível dar conta do currículo. Foi diferente do que representou a introdução da sociologia em 2007, que foi realmente um avanço, uma conquista, depois teve a questão das artes, da música, mas a reforma trouxe penduricalhos que estavam tirando o foco principal.

Agora, o novo governo Lula herdou isso, uma bomba relógio, e tinha que dar uma solução, não dava para engavetar. Acho que tem que ser visto primeiro como um processo, o que está aí e o que foi aprovado, o que dá para fazer? O que dá para mudar? A situação atual é muito diferente da época em que Paulo Freire questionava o modo de educação bancária, e propunha círculos para debater e não aquela coisa comportamental cada um na sua carteirinha. Era uma outra coisa, era para formar um cidadão para aprender a fazer leitura do mundo, a pensar por conta própria. Será que essa reforma atual vai levar os jovens a pensar por conta própria? Eu acho que não.

São as primeiras impressões que eu tenho sobre os desafios a serem enfrentados, mas que acho que tem que ter uma pauta de quais são as demandas que foram contempladas, quais são os “jabutis” que foram colocados que vão levar ao desastre e quais são as possíveis posições para se encontrar uma trilha. É uma grande dificuldade, os jovens estudantes não foram ouvidos, foram completamente ignorados. Por que eles não podem opinar sobre o que gostam ou deixam de gostar lá dentro da escola? Eu acho que eles fazem e opinam sobre tanta coisa, por que eles não podem opinar sobre a escola?

Olivia Perez: Podemos continuar apostando nas juventudes para o aprimoramento do sistema democrático? Se sim, quais contribuições eles têm dado?

Maria da Glória Gohn: Primeiro, deve-se pontuar o que estamos entendendo por sistema democrático, já começa por aí a confusão, para falarmos sobre aprimoramento, porque o que estamos vivendo agora, é um sistema de polarização, direita x esquerda; conservadores x progressistas.

O Brasil escapou recentemente de um recrudescimento do governo de direita, de um golpe, mas eu não creio que o problema está afastado e nem que o atual governo tenha práticas que efetivamente estejam visando a consolidação do sistema democrático. Muitas vezes temos a impressão de que os governantes apostam na polarização, porque assim se manteriam no poder, essa é a impressão que deixa as vezes, com algumas atitudes de algumas cabeças, não todas.

Os jovens nesse cenário estão buscando construir caminhos, mas a maioria é ignorada. Vimos que a celebração dos 10 anos de Junho de 2013 resultou em inúmeras publicações, eu participei do debate intensamente, em entrevistas, escrevi artigos, debates na ANPOCS e SBS, e creio que não entendeu nada quem acha que junho de 2013 foi só “o ovo da serpente”, ou seja, atos políticos que foram colocados para simplesmente fazer a virada política à direita no Brasil. Eu acho que no terreno das políticas públicas, por exemplo, entre os princípios que regem o Estatuto da Juventude, o primeiro refere-se a promover a autonomia e emancipação dos jovens e olha como está escrito, lá, compreendendo a autonomia como trajetória de inclusão, liberdade e participação do jovem na vida em sociedade. Depois, o Estatuto direciona promover a integração internacional entre os jovens, preferencialmente no âmbito da América Latina e na África, na cooperação internacional, você observa alguma coisa nessa direção nas políticas para os jovens da época de 2013? E atualmente?

Eu acho que são belas palavras, a participação política, a qual o Estatuto se refere prevendo a participação dos jovens na formulação, execução e avaliação de políticas públicas de juventude. Preconiza-se que essa participação deverá se dar através de: associações, redes, movimentos e organizações juvenis. Está acontecendo isso? Se sim, quem são esses movimentos e organizações, associações e redes que estão lá?

Concluindo: a questão da juventude é uma construção, não é uma categoria dada, não são fatores biológicos, não é nada natural, é tudo construído socialmente. E como está sendo construída a juventude atual, tema que pouco se entende e pouco se atende?

REFERÊNCIAS

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, 31 (82), 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/jBGbrMwxkJBxvytwVnz9Wcp/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 set. 2024.

Submetido em: 06/08/2024

Aprovado em: 12/08/2024